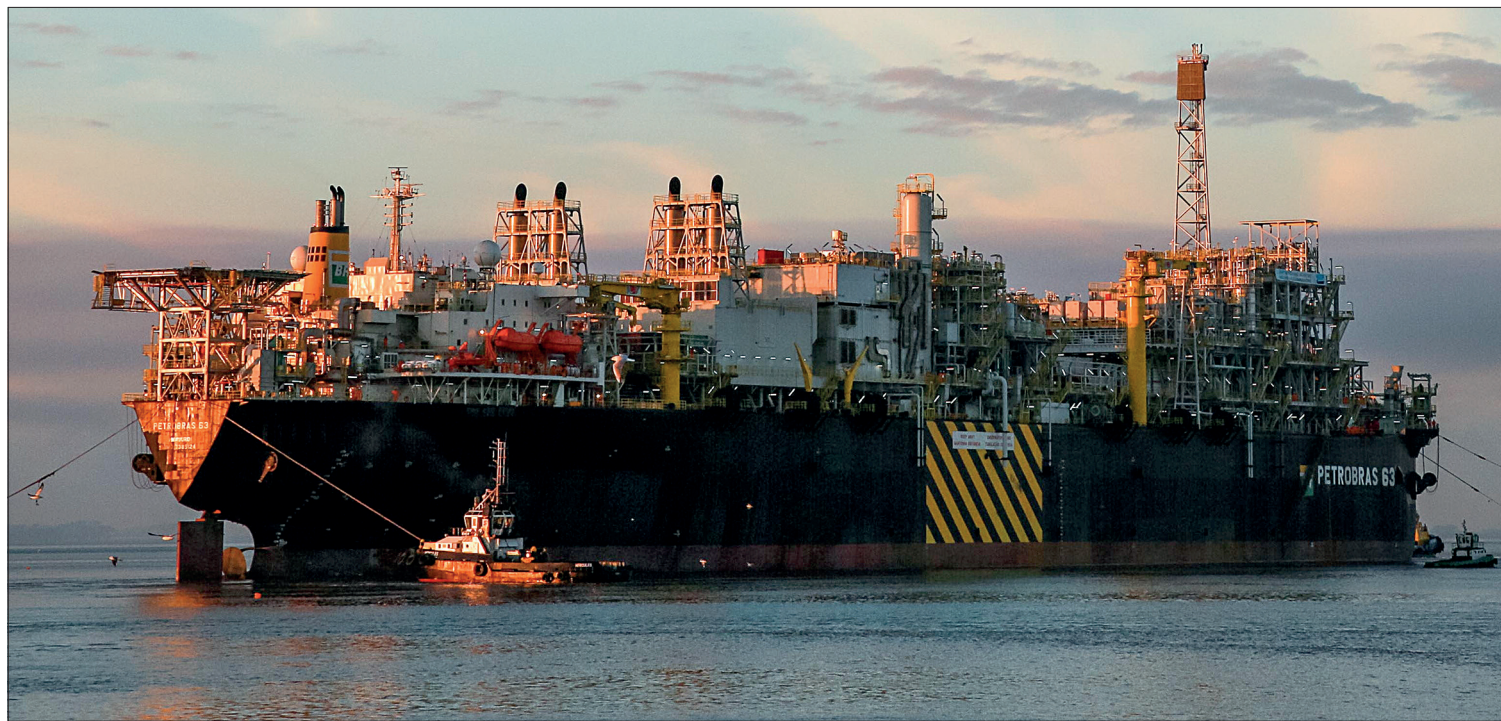




Estados e municípios recebem este ano recursos do pré-sal

Recursos do megaleilão realizado na quarta-feira serão distribuídos entre União, estados, DF, Rio de Janeiro, como estado confrontante, municípios e a Petrobras

Os quase R\$ 70 bilhões arrecadados no megaleilão de campos do pré-sal da quarta-feira serão distribuídos até 27 de dezembro. Além da União, dos 26 estados, do Distrito Federal e dos 5.570 municípios, boa parte do dinheiro (R\$ 34 bilhões) irá para a Petrobras. O Rio de Janeiro receberá cerca de R\$ 1,1 bilhão a mais por sediar os campos. Alguns senadores criticaram a arrecadação menor do que o esperado. A previsão inicial era de mais de R\$ 100 bilhões, mas não houve interesse para dois blocos. Os governistas consideraram a operação um sucesso. **3**



Marcos Maciel/Agência Petrobras

Os campos leiloados na quarta-feira representam o excedente, 15 bilhões de barris de petróleo, que a Petrobras encontrou ao explorar a camada do pré-sal

PECs Mais Brasil têm relatores: Otto, Bittar e Oriovisto

Jefferson Rudy/Agência Senado



Simone preside a Comissão de Constituição e Justiça, que analisa o pacote

Os relatores das propostas do pacote Mais Brasil foram anunciados por Simone Tebet, presidente da Comissão de Constituição e Justiça. O senador Márcio Bittar vai relatar a PEC do Pacto Federativo, Otto Alencar, a PEC da Revisão dos Fundos, e Oriovisto Guimarães, a PEC Emergencial. **3**

Especialistas dizem que reforma vai prejudicar pequenas e microempresas

Em debate na Comissão de Direitos Humanos, especialistas disseram que as três propostas de reforma tributária em tramitação

vão prejudicar as pequenas e microempresas e aprofundar as desigualdades sociais resultantes do desequilíbrio na cobrança de impostos. **2**



Valdemir Barreto/Agência Senado

Para Paulo Paim, que comandou o debate, reforma tributária tem prioridade

Comissão vai investigar óleo em 2 estados do Nordeste

As Praias de Itapuama, em Cabo de Santo Agostinho (PE), e Barra de Tabatinga, em Nísia Floresta (RN), vão receber hoje e amanhã a comissão temporária externa do Senado que acompanha as ações de enfrentamento às manchas de petróleo no litoral nordestino. **4**



Kleber de Bugges/WWF Brasil

Coletado vai checar as manchas de óleo em Cabo de Santo Agostinho (PE)

Jogadores temem que regulamentação atrapalhe o setor de jogos eletrônicos

O projeto que regulamenta os jogos eletrônicos, conhecidos como e-sports, recebeu críticas em audiência na Comissão de Educação. Jo-

gadores, times e empresas de jogos temem que o texto impeça o crescimento do setor e isole o Brasil das competições internacionais. **4**

Senado mais digital. A boa informação mais perto de você.

- PUSH DE NOTÍCIAS**
Avisos sobre as principais decisões da Casa em tempo real
- TV SENADO PLAY**
Encontre facilmente todo o conteúdo da TV Senado
- NOTÍCIAS VIA WHATSAPP**
Um resumo diário direto da fonte para você
- APLICATIVO VISITE O CONGRESSO NACIONAL**
Mais uma forma de você conhecer o Senado
- PODCASTS DA RÁDIO SENADO**
Podcasts para você ouvir quando quiser, onde estiver

Acesse senado.leg.br/noticias

Reforma afeta pequenas empresas, aponta debate

Especialistas disseram que as propostas de reforma tributária em tramitação abandonam o sistema simplificado de tributação e podem aumentar carga de impostos sobre micros e pequenas empresas

MICROEMPRESAS E EMPRESAS de pequeno porte não estão tendo a atenção que merecem nas três propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam da reforma tributária, em tramitação no Congresso. O alerta foi feito ontem por procuradores e dirigentes sindicais em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo, Reynaldo Lima Jr., disse que o Simples Nacional foi “abandonado” nas três propostas de reforma tributária (PECs 45/2019, 110/2019 e 128/2019). Segundo ele, o regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos das microempresas contempla 5 milhões de empreendimentos, que representam 97,5% das empresas do país.

— Essas empresas representam quase um quarto do PIB ou 60% da mão de obra do país. Elas não são tratadas com cuidado, apesar de serem o



Observado por Paulo Paim (C), Giuliano Campos fala em audiência pública

colchão que está amortecendo a crise. O modelo de reforma em que acreditamos incluiria faixas de alíquota, direito ao crédito do Simples Nacional, carga tributária equilibrada em todos os setores e desoneração da folha de pagamentos.

Para o diretor jurídico do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, Giuliano Campos, a reforma pode agravar o modelo desigual, pois a carga tributária das pequenas empresas poderá crescer até 300%. E acrescentou:

— A reforma toca apenas nos impostos reais e não faz

referência aos pessoais, sem falar no imposto sobre grandes fortunas, que continua na Constituição, sem perspectiva de regulamentação.

Procurador da Fazenda Nacional, Heráclio de Camargo também ressaltou que o sistema tributário é uma das formas pelas quais a desigualdade é institucionalizada:

— Tributamos as famílias e o consumo, mas somos suaves com o patrimônio dos ricos.

Presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS) disse que a reforma tributária deveria ser prioridade.

Nelsinho Trad chama a atenção para polêmica nuclear no Irã

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Nelsinho Trad (PSD-MS), chamou a atenção para o anúncio do governo do Irã de que irá injetar gás de urânio em 1.044 centrífugas, continuando o programa nuclear. A Organização Iraniana de Energia Atômica confirmou ontem que a produção e coleta de urânio enriquecido foram retomadas na cidade de Fordo. Para o senador, a decisão afasta o Irã “ainda mais” do acordo nuclear assinado com Barack Obama, que presidia os Estados Unidos em 2015.

— O governo havia concordado em transformar sua principal usina em um centro nuclear científico e de física, para pesquisas e objetivos sociais. O presidente do Irã, Hassan Rohani, culpou a atual administração dos EUA, de Donald Trump, pela redução dos compromissos nucleares. A mudança de diretriz preocupa também a Rússia. O governo islâmico já alterou o status da sua principal usina de “autorizada a pesquisas” para “local de atividade nuclear”.

Senado, Câmara e TCU ampliam Rede Legislativo Sustentável

Senado, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União (TCU) assinaram na terça-feira termo aditivo de cooperação técnica que renova o Acordo de Cooperação da Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo. Com a nova versão do documento, assembleias legislativas, câmaras municipais e tribunais de contas estaduais e municipais podem aderir à Rede Legislativo Sustentável, que objetiva disseminar informações e práticas voltadas à gestão sustentável.

O primeiro-secretário do Senado, Sérgio Petecão (PSD-AC), destacou a importância de ampliar a rede, especialmente para permitir a participação dos pequenos municípios.

— A rede é um projeto com o qual vamos interligar nosso país e ajudar os estados que mais necessitam — disse Petecão.

Para a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, boas práticas de sustentabilidade devem ser compartilhadas. É uma forma, disse, de beneficiar todos os entes do Legislativo.

Senado celebra mês de conscientização sobre diabetes e câncer de próstata

Uma sessão especial do Senado celebrou ontem a campanha de conscientização sobre o diabetes intitulada Novembro Azul. O Dia Mundial do Diabetes foi definido pela Federação Internacional de Diabetes e pela Organização Mundial da Saúde como 14 de novembro, em 1991. Desde então, a tonalidade azul é usada como símbolo do movimento.

No Brasil, a campanha começou em 2007, mas um ano depois surgiram ações voltadas ao câncer de próstata, que utilizam a mesma cor como marca.

A sessão especial foi presidida por Nelsinho Trad (PSD-MS). O senador lembrou que o autor do requerimento para a solenida-

de, senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), não pôde comparecer por estar se recuperando de uma cirurgia no sistema digestivo.

Nelsinho, que é médico, observou que o diabetes, assim como o câncer de próstata, requer conscientização, com vistas à diminuição das mortes.

— A prevenção deve ser feita, principalmente entre aqueles que têm histórico familiar — alertou.

Diabetes é uma doença causada pela produção insuficiente ou má absorção de insulina, hormônio que regula a glicose no sangue e garante energia para o organismo. A doença pode causar problemas como cegueira e insuficiência renal.



Sessão para celebrar o Novembro Azul foi dirigida por Nelsinho (C)

RÁPIDAS

COMISSÃO LANÇA LIVRO SINDICALISMO SOB ATAQUE

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) lançou ontem o livro *Sindicalismo sob Ataque*, do pedagogo e mestre em sociologia Luiz Azevedo. A publicação trata da evolução do movimento sindical. O autor foi dirigente sindical e deputado estadual por São Paulo.

MP PRORROGA CONTRATO DE VETERINÁRIOS TEMPORÁRIOS

A medida provisória que autoriza o Ministério da Agricultura a prorrogar por dois anos 269 contratos temporários de veterinários que executam atividades de auditoria fiscal agropecuária (MP 903/2019) foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Recursos do pré-sal serão distribuídos este ano

Valor arrecadado com o megaleilão da quarta-feira, quase R\$ 70 bilhões, vai reforçar os caixas da União, dos estados e do DF, dos municípios, do Rio de Janeiro e da Petrobras

ATÉ 27 DE dezembro, todos os entes da Federação vão receber recursos arrecadados com o megaleilão de campos do pré-sal, realizado na quarta-feira. Foram arrecadados quase R\$ 70 bilhões. A União ficará com R\$ 24,3 bilhões e a Petrobras — a grande vencedora do leilão — terá direito a cerca de R\$ 34 bilhões. O restante será distribuído entre o Distrito Federal, os 26 estados e os 5.570 municípios.

Para o senador Humberto Costa (PT-PE), todos os entes da Federação estão frustrados, já que receberão menos recursos que o anunciado. A previsão inicial era que o leilão arrecadaria mais de R\$ 100 bilhões, mas apenas dois dos quatro campos em disputa foram arrematados. O senador classificou o me-

galeilão de “fracasso para o governo”.

Na mesma linha, o senador Weverton (PDT-MA) disse que a Petrobras salvou o leilão de ser um “fracasso absoluto”. “Um grito de não ao entreguismo! O livre mercado não é salvação para tudo, como vimos”, escreveu Weverton em seu Twitter.

Na opinião da senadora Simone Tebet (MDB-MS), o leilão foi um sucesso para os campos arrematados. Mas ela lembrou que outros dois não tiveram interessados. E sugeriu que o governo deve repensar “sua forma de fazer política” externa, o que teria afastado investidores.

Já o senador Elmano Férrer (Podemos-PI) não vê “grande decepção ou frustração”, pois estados e municípios recebe-



Braga considera frustrante o leilão e Bezerra, ponto positivo do governo



Roque de Sá/Agência Senado — 6/11/2019

do leilão, quero lembrar que R\$ 70 bilhões foram arrecadados com a duas áreas arrematadas.

Histórico

A primeira etapa de exploração do pré-sal foi uma cessão onerosa (Lei 12.276, de 2010) à Petrobras, portanto um contrato de exploração sem licitação propriamente dita. Naquele momento, ficou previsto que em hipótese alguma poderiam ser extraídos mais de 5 bilhões de barris sob aquele regime de cessão.

O acordo seria revisto anos depois, para atualizar a cotação do barril de petróleo ao valor real do momento da comercialização do produto. Quatro anos depois de assinado, a Petrobras pediu ajuste no contrato por conta da desvalorização do preço do barril de petróleo. Esse acordo sobre o ajuste na cessão onerosa só foi finalizado em abril e renderá pouco mais de R\$ 30 bilhões à Petrobras, pagos pela União.

A previsão inicial era de 5 bilhões de barris de petróleo. Como a Petrobras encontrou mais 15 bilhões de barris ao perfurar o pré-sal, é esse excedente que entrou no leilão.

Os repasses para estados e municípios só serão possíveis porque o Congresso promulgou, no final de setembro, a Emenda Constitucional 102, que excluiu do teto de gastos públicos o dinheiro que a União repassará a estados, DF e municípios.

rão recursos significativos, o que, em sua avaliação, “já é um avanço”. Também o senador Confúcio Moura (MDB-RO) disse que o dinheiro é bem-vindo para os municípios e estados que, em sua maioria, estão precisando de recursos.

No Facebook, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) disse que o leilão foi um sucesso. “Esse foi o maior leilão da história e também a maior arrecadação já registrada no país. Dos quase R\$ 70 bilhões arrecadados com a operação, o Rio de Janeiro vai ficar com R\$ 1,1 bilhão.

Petrobras

Para o líder do MDB, senador Eduardo Braga (AM), o valor arrecadado foi frustrante, já que era esperado praticamente o dobro. Para ele, faltou um plano estratégico do governo. O resultado do leilão, disse em Plenário, é consequência do erro do governo em relação

à participação direta da Petrobras, uma vez que os dois blocos que não receberam propostas também foram os que a estatal do petróleo não manifestou interesse em ser acionária minoritária.

Pelo Twitter, o senador Raulo Rodrigues (Rede-AP) disse que o leilão foi vazio, porém o Brasil saiu no lucro com a maior participação da Petrobras. Ele também pediu para seus seguidores ficarem atentos, pois, em sua avaliação, a “sanha de privatização da empresa continua”.

Já para o líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o leilão é um dos pontos positivos que marcam os 300 primeiros dias da gestão de Jair Bolsonaro na Presidência da República.

— O fortalecimento dos entes federados começou com o leilão do petróleo excedente da cessão onerosa. Antes que lancem dúvidas sobre o resultado



Otto Alencar, Marcio Bittar e Oriovisto Guimarães serão relatores do pacote Mais Brasil

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senadora Simone Tebet (MDB-MS), confirmou ontem os nomes dos três relatores das propostas do pacote Mais Brasil. O senador Márcio Bittar (MDB-AC) será o relator da PEC do Pacto Federativo (188/2019), Otto Alencar (PSD-

-BA) da PEC da Revisão dos Fundos (187/2019), e Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), da PEC Emergencial (186/2019).

Bittar se manifestou a favor das propostas e disse que as considera essenciais para o desenvolvimento econômico. O pacto federativo, para ele, é o primeiro passo para “moder-

nizar e fazer o Brasil avançar”.

O texto da PEC do Pacto Federativo muda a divisão de recursos de União, estados e municípios e prevê, entre outros pontos, a descentralização de recursos do pré-sal, a criação de um Conselho Fiscal da República e medidas de desvinculação, desindexação

e desobrigação do Orçamento.

A PEC da Revisão dos Fundos dificulta a criação de fundos públicos e extingue aqueles que não foram ratificados até o final do segundo exercício subsequente à promulgação dessa emenda constitucional.

Já a PEC Emergencial institui

uma espécie de regra de ouro para os estados, com o intuito de proibir o endividamento público para pagar as despesas correntes, como salários de servidores, aposentadoria, contas de energia e outros custos. Entre as medidas, está a possibilidade de redução de jornada e salário de servidores.

Leilão do pré-sal foi um fracasso, diz Humberto

Humberto Costa (PT-PE) disse ontem que o leilão do excedente da cessão onerosa do pré-sal, que arrecadou R\$ 69,9 bilhões na quarta-feira, foi um fracasso para o governo. A equipe econômica esperava uma arrecadação de R\$ 106 bilhões. Para o senador, a ausência de interessados no pregão demonstrou que a política conduzida pelo presidente Jair Bolsonaro é “desastrosa”. O resultado, avaliou, só não foi pior porque a Petrobras arrematou dois dos quatro campos do pré-sal.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Zenaide critica privatização da Eletrobras e baixo preço

Zenaide Maia (Pros-RN) se posicionou contra a privatização da Eletrobras. Para a senadora, mais que a infraestrutura, o governo venderá os cursos de água dos rios (pois a maior parte da eletricidade do país é gerada em hidrelétrica), que deve ser de propriedade do Estado. Ela questionou ainda o valor da transação. Segundo Zenaide, especula-se que a privatização da Eletrobras arrecadará R\$ 16,2 bilhões, mas apenas no último trimestre deste ano o lucro da estatal foi de R\$ 5,5 bilhões.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim quer aposentadoria integral para invalidez

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação dos quatro destaques apresentados à PEC Paralela da Previdência (PEC 133/2019), cujo texto-base foi votado em primeiro turno pelo Plenário. O senador explicou que a reforma da Previdência (PEC 6/2019), que deve ser promulgada na terça-feira, acaba com aposentadoria da pessoa inválida. Mas ele disse não acreditar que o Senado vá cometer o que classificou como “um ato de covardia” com as pessoas que precisam do benefício.

— Eu duvido que haja um senador que não esteja convencido de que esse destaque tem que ser aprovado.

Izalci pede mobilização para agenda de inovação

Izalci Lucas (PSDB-DF) pediu mobilização por parte do empresário, dos parlamentares e de representantes do poder público para fortalecer a agenda de inovação tecnológica. Ele relatou que na terça-feira participou de um encontro que reuniu, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) e a Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, que ele preside no Congresso Nacional.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Mario Marconini fala na Comissão de Educação, Cultura e Esporte em debate dirigido por Leila Barros (3ª à esq.)

Falta consenso para texto que regulamenta e-sports

Participantes de audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte disseram que jogos eletrônicos não podem ser considerados esportes “tradicionais” como prevê projeto em tramitação na Casa

O PROJETO QUE regulamenta os jogos eletrônicos, conhecidos como *e-sports*, está longe de um consenso. Jogadores, times e empresas desenvolvedoras de jogos temem que a atual redação da proposta (PLS 383/2017) trave o crescimento do setor e isole o Brasil das competições internacionais.

Eles se queixaram ontem, em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), de não ter participado do processo de elaboração do texto apresentado pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA). Os debatedores argumentaram que os esportes eletrônicos não podem ser enquadrados como esportes “tradicionais”, como futebol e vôlei.

Outro problema apontado é a exclusão de jogos considerados violentos da regulamentação como esporte eletrônico, o que acarretaria o não reconhecimento de atletas virtuais que disputam campeonatos baseados em games populares como Counter-Strike e Rainbow Six. Pela atual redação da proposta, jogo com conteúdo violento, de cunho sexual, que propague mensagem de ódio, preconceito ou discriminação

ou que faça apologia ao uso de drogas não deverá ser considerado esporte eletrônico.

Aprovada de forma terminativa pela comissão em julho, a proposta estava prestes a ser encaminhada para a Câmara, mas voltou ao debate na comissão a pedido da senadora Leila Barros (PSB-DF). Tanto a CE quanto a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) vão analisar uma nova emenda ao texto. Para Leila, que já antecipou uma nova audiência sobre o tema para o dia 21, o debate deixou evidente que é possível aperfeiçoar a proposta.

— Queremos dialogar com todos os *players*. Entendo que a gente tem uma preocupação legítima [em relação à violência], mas hoje entendemos a importância do mercado.

Polêmica

Ex-atleta profissional de vôlei, a senadora chegou a se envolver em uma polêmica com a comunidade de jogadores após se posicionar contra o reconhecimento dos *e-sports* como modalidade esportiva durante a votação da proposta na CE. Mas recebeu o reconhecimento do setor na audiência

de ontem.

— Que fique marcado que a senhora está ajudando o nosso cenário — disse o ex-jogador e atual diretor-executivo da empresa BBL e-Sports, Leo De Biase.

O representante da Entertainment Software Association (ESA) — que representa cerca de 40 das maiores empresas de videogames do mundo —, Mario Marconini, afirmou que a maior parte da União Europeia classificou os *e-sports* em uma categoria diferente dos esportes tradicionais. Na direção oposta, a Rússia enquadrou essas competições e disputas na mesma lei geral de esportes, o que, segundo ele, trouxe problemas em relação à propriedade intelectual. Marconini ressaltou que, diferente dos esportes tradicionais, os eletrônicos acontecem numa plataforma cuja propriedade intelectual pertence a empresas desenvolvedoras.

No placar do Portal e-Cidadania, a maioria dos internautas reprova a proposta, ainda que sem grande diferença. Foram cerca de 7,5 mil votos contrários ao projeto contra 5,8 mil a favor da regulamentação.

Colegiado vai investigar óleo em Pernambuco e Rio Grande do Norte

A comissão temporária externa do Senado que acompanha as ações de enfrentamento às manchas de petróleo no litoral realiza diligências em Pernambuco e no Rio Grande do Norte hoje e amanhã.

Fabiano Contarato (Rede-ES), Humberto Costa (PT-PE), Jean Paul Prates (PT-RN) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), acompanhados do consultor Luiz Beltrão, visitarão as Praias de Itapuama, em Cabo de Santo Agostinho (PE), e Barra de Tabatinga, em Nísia Floresta (RN). A agenda inclui reuniões com governadores, pesquisadores, voluntários e dirigentes dos órgãos que monitoram as manchas de óleo.

Contarato explica que o objetivo da comissão é buscar respostas sobre o crime ambiental, verificando localmente o grau de articulação entre governo e sociedade civil.

— Devemos coletar provas

de natureza objetiva e subjetiva e elaborar relatório que disponibilizará esse material para toda a sociedade. Hoje, lamentavelmente, temos mais perguntas do que respostas.

Contarato disse que o vazamento de óleo constitui crime, mesmo que tenha sido cometido por negligência, imprudência ou imperícia. Ele chamou a atenção para os efeitos para a economia do litoral nordestino. Ele espera que a comissão demonstre aprendizado com tragédias anteriores, como o rompimento de barragem em Mariana (MG).

Humberto Costa sublinhou a repercussão social e econômica da mancha de óleo, como a possibilidade de comprometimento da temporada turística no Nordeste. Na opinião do senador, a causa do crime ambiental deve ser desvendada para que as vítimas sejam indenizadas.

Procuradora condena mudança em lei sobre cota para deficiente

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) criticou ontem, em debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o desarquivamento de um projeto que permite o cumprimento da Lei de Cotas para Deficientes apenas com vagas de aprendizes. Para a procuradora Ludmila Reis, que falou pela ANPT, o PLS 118/2011, de Ciro Nogueira (PP-PI), perpetua a exclusão das pessoas com deficiência e vai na contramão da busca por uma inclusão definitiva.

— O texto vai condenar a pessoa com deficiência a ser um eterno aprendiz. Me parte o coração quando vejo isso e quando vejo que até o argumento econômico é frágil.

Eles querem simplesmente condenar as pessoas ao ciclo de exclusão contínuo — disse.

A Lei de Cotas para Deficientes (Lei 8.213, de 1991) diz que empresas com 100 ou mais funcionários contratem de 2% a 5% de trabalhadores com deficiência. A cota, no entanto, não pode ser integralmente preenchida por contratos de aprendizagem, caracterizados por serem instrumentos de inserção no mercado de trabalho de jovens entre 14 e 24 anos.

Em 2016, o projeto de Ciro recebeu pareceres contrários dos senadores Romário (Podemos-RJ) e Paulo Paim (PT-RS). A atual relatora, Zenaide Maia (Pros-RN), pediu a audiência para aprofundar a discussão.

Styvenson Valentim defende prisão em segunda instância

Styvenson Valentim (Podemos-RN) manifestou apoio à manutenção da prisão após condenação do réu em segunda instância. O senador disse esperar que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votem com a maioria da população.

— Justiça que tarda não é justiça. Considero que o mecanismo da prisão em segunda instância foi um grande avanço no país e, se o STF decidir de ordem diversa, será um grande prejuízo.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Girão espera que não haja mudança no entendimento do STF

Eduardo Girão (Podemos-CE) disse ontem ter esperança de que o STF manterá a decisão sobre a prisão de condenados em segunda instância. Para ele, o atual entendimento da Corte fez com que o Brasil avançasse no combate à corrupção, como foi com a Operação Lava Jato.

— Tivemos grandes empresários, políticos poderosíssimos, de colarinho branco, passando pelo que deveriam passar, prestando contas com a Justiça.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Jean Paul destaca importância da comissão sobre óleo

Jean Paul Prates (PT-RN) destacou a importância da comissão temporária externa do Senado para acompanhar as ações de enfrentamento ao óleo que se espalha pela costa do Nordeste. O senador, relator do colegiado, apontou três aspectos que devem ser determinados: a responsabilidade de quem jogou o óleo no mar, quem, por omissão, permitiu que o problema aumentasse, e quem será responsável pela indenização à população afetada.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Rose quer prevenção à violência contra mulher no currículo

Rose de Freitas (Podemos-ES) defendeu ontem a aprovação do Projeto de Lei (PL) 1.909/2019, de autoria dela, que inclui a prevenção à violência contra a mulher no currículo escolar. Ela ainda sugere transformar direitos humanos e cidadania em disciplina obrigatória.

Para a senadora, o combate à violência pode avançar dentro das escolas, permitindo que o aluno aprenda sobre o respeito às mulheres e a igualdade entre os gêneros.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Simone lembra espírito conciliador de Ramez Tebet

Simone Tebet (MDB-MS) afirmou ontem que o cenário atual do país, com ataques entre diversos segmentos e com o aumento da pobreza, exige o espírito conciliador de seu pai, Ramez Tebet. Ex-senador e ex-presidente do Congresso, se vivo estivesse, teria completado 83 anos ontem. Para ela, mais importante do que lembrar o nascimento do pai é chamar a atenção para a importância do entendimento entre todos os setores e ideologias.



Jefferson Ruy/Agência Senado